

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

- 1) **Todas as despesas relativas a Dívida Pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da Lei Orçamentária Anual.**
- Certo Errado
- 2) **O refinanciamento da Dívida Pública constará separadamente na Lei Orçamentária e nas de crédito adicional.**
- Certo Errado
- 3) **A atualização monetária do principal da dívida imobiliária refinanciada não poderá superar a variação do índice de preços previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias ou em legislação específica.**
- Certo Errado
- 4) **É vedado consignar na lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação limitada.**
- Certo Errado
- 5) **A lei orçamentária não consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no Plano Plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão.**
- Certo Errado
- 6) **A definição clara de objetivos é condição básica para o Orçamento-programa. Um programa na área de saúde, por exemplo, estaria mais bem justificado se, em vez de apontar o número de hospitais a serem construídos ou ambulatorios a serem instalados, indicasse o número de novos pacientes a serem atendidos ou de novos atendimentos a serem realizados.**
- Certo Errado
- 7) **Instituído pela Constituição Federal de 1988, o Plano Plurianual, de vigência coincidente com a do mandato do chefe do Poder Executivo, estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.**
- Certo Errado
- 8) **De acordo com o calendário vigente, o presidente da República, no primeiro ano de seu mandato, governa o País com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual aprovados pelo antecessor, embora não esteja impedido de propor alterações.**
- Certo Errado
- 9) **A Lei de Diretrizes Orçamentárias, além do previsto na Constituição Federal, deve incluir o Anexo de Metas e Prioridades e o Anexo de Metas Fiscais:**
- Certo Errado
- 10) **A Lei Orçamentária Anual compreende o Orçamento Fiscal, o Orçamento da Seguridade Social e o Orçamento de Investimentos das Empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.**
- Certo Errado
- 11) **A vigência do Plano Plurianual estende-se por 4 anos com início no segundo ano de mandato do Chefe do Poder Executivo até o término do primeiro ano do mandato seguinte.**
- Certo Errado

- 12) O estágio da previsão trata da estimativa de arrecadação da receita, constante na Lei Orçamentária Anual, resultante de metodologia de projeção de receitas orçamentárias.
- Certo Errado
- 13) As classificações econômicas da receita e da despesa compreendem as mesmas categorias: corrente e capital. O superávit do orçamento corrente, que resulta do balanceamento dos totais das receitas e despesas correntes, constitui item da recita orçamentária de capital.
- Certo Errado
- 14) Os estágios de arrecadação e recolhimento ocorrem concomitantemente e representam o ingresso do recurso nos cofres públicos.
- Certo Errado
- 15) Pode ser/estar incluso no orçamento créditos com dotação ilimitada ou com finalidade imprecisa.
- Certo Errado
- 16) Pode ser/estar incluso no orçamento dotações para investimentos de longo prazo, se previstas no Plano Plurianual.
- Certo Errado
- 17) Pode ser/estar incluso no orçamento a instituição de fundos de qualquer natureza, mesmo sem prévia autorização legislativa.
- Certo Errado
- 18) A LRF estabelece normas para elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), e da Lei Orçamentária Anual (LOA).
- Certo Errado
- 19) As despesas de pessoal permanente de um órgão ou entidade podem ser classificadas como correntes ou de capital, dependendo de o pessoal ser empregado nas atividades normais, de manutenção do órgão ou entidade, ou alocado a um projeto de que resultará um investimento.
- Certo Errado
- 20) Assinale a alternativa que representa o estágio da receita orçamentária, denominada recolhimento.
- a) Compreende a entrega do produto da arrecadação por parte dos agentes arrecadadores ao Tesouro público.
- b) É o ato pelo qual os contribuintes comparecem perante os agentes arrecadadores e realizam o pagamento dos seus tributos.
- c) Consiste na identificação do devedor ou da pessoa do contribuinte, discriminando a espécie, o valor e o vencimento do tributo que cada um deve pagar.
- d) Compreende a estimativa da receita quando da elaboração do orçamento.
- 21) No tocante à LRF, identifique a chamada Regra de Ouro.
- a) A transparência na gestão fiscal é o principal instrumento para o controle social.
- b) As penalidades alcançam todos os responsáveis dos três Poderes da União, estados, Distrito Federal e municípios, e todo cidadão será parte legítima para denunciar.
- c) A Lei de Responsabilidade Fiscal é importante para o País, porque representa um enorme avanço na forma de administrar os recursos públicos.
- d) A contratação de operações de crédito em cada exercício fica limitada ao montante da despesa de capital.

e) Nenhum ato que provoque aumento da despesa de pessoal, nos Poderes Legislativo e Executivo, poderá ser editado nos 180 dias anteriores ao final da legislatura ou mandato dos chefes do Poder Executivo.

22) Um instrumento de alteração da Lei Orçamentária Anual tem as seguintes características: necessidade de prévia autorização em lei especial; aberto exclusivamente por decreto do Poder Executivo; deve conter indicação da fonte de recursos; pode ter sua vigência prorrogada, desde que tenha sido autorizado nos últimos quatro meses do exercício financeiro.

Esse instrumento recebe a denominação legal de:

- a) Crédito suplementar;
- b) Crédito especial;
- c) Crédito extraordinário;
- d) Crédito orçamentário.

23) Os créditos adicionais distinguem-se dos orçamentários propriamente ditos por alterarem a Lei Orçamentária Anual. Tanto os créditos suplementares e especiais como os extraordinários requerem a existência de recursos e a indicação de sua fonte. Nesse último caso – dos créditos extraordinários -, embora o Presidente da República possa abri-los sem autorização prévia do Congresso Nacional, sua utilização está condicionada à existência prévia de recursos especificamente identificados.

Certo

Errado

GABARITO

- | | |
|------|------|
| 1. C | 14.E |
| 2. C | 15.E |
| 3. C | 16.C |
| 4. E | 17.E |
| 5. C | 18.C |
| 6. C | 19.E |
| 7. E | 20.A |
| 8. C | 21.D |
| 9. C | 22.B |
| 10.C | 23.E |
| 11.C | |
| 12.C | |
| 13.E | |